

OCORRÊNCIA DA OBESIDADE EM ADULTOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DE DADOS DO SISVAN (2020–2024)

Paola Luzia Bernardo¹
Kelly Aparecida do Nascimento²
Ana Lígia de Souza Pereira³
Renata Aparecida Fontes⁴
Renata Ferreira Pieroti Machado Pessoa⁵

re.pieroti@hotmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO

A obesidade tornou-se um problema de saúde pública mundial entre adultos, nos países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. É considerada um dos principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis. O presente estudo teve como objetivo analisar a ocorrência da obesidade em adultos residentes no estado de Minas Gerais no período de 2020 a 2024, com base nos dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, que utilizou dados secundários segundo de indivíduos adultos, de ambos os sexos, acompanhados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, das classificados conforme do Índice de Massa Corporal. Os dados obtidos foram organizados utilizando o *Microsoft Office Excel 365* e apresentados por estatística descritiva com frequências absolutas e relativas utilizando gráficos e tabelas. Os resultados apontaram que 65,42% dos indivíduos apresentaram excesso de peso, sendo 33,81% com sobrepeso e 31,34% em algum grau de obesidade. Observou-se estabilidade na proporção de obesidade entre os anos analisados, com discreta elevação nos graus II e III. O excesso de peso representa um grave problema de saúde pública em Minas Gerais, exigindo o fortalecimento das políticas de promoção da alimentação saudável e do acompanhamento nutricional na Atenção Primária à Saúde.

PALAVRAS-CHAVE: obesidade; adultos; saúde pública; vigilância alimentar e nutricional.

¹ Enfermeira Egressa - do Centro Universitário Vértice -- Univertix - Matipó.

² Educadora Física- Psicopedagoga- Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade - Pró-reitora de Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Vértice – Univértix - Matipó

³ Mestre em Gestão Integrada do Território, Coordenadora e Professora do curso de Enfermagem do Centro Universitário Vértice – Univértix – Matipó.

⁴ Farmacêutica Bioquímica Analista Clínica - Mestre em Ciências farmacêuticas -- Professora do Centro Universitário Vértice -- Univertix - Matipó

⁵ Graduada em Enfermagem. Mestre em Políticas Públicas e desenvolvimento Local. Professora do Centro Universitário Vértice -- Univertix - Matipó.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade é reconhecida mundialmente como um dos principais desafios da saúde pública contemporânea, caracterizando-se pelo acúmulo excessivo de gordura corporal e pelo aumento do risco para diversas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares. No Brasil, observa-se um crescimento progressivo da prevalência de sobrepeso e obesidade nas últimas décadas, associado à urbanização, à redução da atividade física e ao consumo excessivo de alimentos ultraprocessados (Silva; Oliveira; Martins, 2022).

A obesidade em adultos é definida pela literatura como doença crônica caracterizada pelo acúmulo excessivo de tecido adiposo, num estágio que compromete a saúde dos indivíduos. Em adultos pode causar hipertensão arterial sistêmica, complicações metabólicas, as quais podem desencadear doença cardiovascular e cerebrovascular, diabetes Tipo II, doenças osteoarticulares, além de certos tipos de câncer, elevando o risco de morbimortalidade. Os prejuízos psicossociais como discriminação de indivíduos obesos, também podem estar relacionados (OMS, 2018).

A obesidade tornou-se um problema de saúde pública mundial entre adultos, nos países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. É considerada um dos principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (Canazas *et al.*, 2024).

No Brasil, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) é a principal ferramenta para coletar dados sobre alimentação e nutrição da população que recebe assistência da Atenção Primária à Saúde (APS). Esse sistema opera por meio do SISVAN Web, uma plataforma *on-line* que simplifica o registro de indicadores de consumo alimentar e medidas antropométricas pelos profissionais da APS e gestores (Brasil, 2004).

O Brasil tem experimentado nas últimas décadas uma transição nutricional acelerada diante o aumento da obesidade, que se tornou o agravo nutricional mais relevante em todos os níveis de atenção à saúde pois tem alcançado todas as fases da vida (Canazas *et al.*, 2025).

O SISVAN não serve apenas para o conhecimento da situação nutricional, mas para auxiliar no planejamento, gestão e avaliação da qualidade alimentar desses indivíduos, permitindo que medidas corretivas e preventivas sejam tomadas (Aprelini *et al.*, 2021).

O estado de Minas Gerais enfrenta desafios com a pobreza em algumas regiões, onde o acesso a serviços básicos de saúde e educação ainda é limitado, mesmo estando entre um dos estados mais populosos do Brasil, com economia significativa, cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,73, foi categorizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021 como alto (IBGE, 2021).

No contexto brasileiro, observa-se uma expressiva heterogeneidade na distribuição da obesidade, com regiões apresentando realidades distintas em função de fatores socioeconômicos, culturais e ambientais. Em Minas Gerais o cenário não é diferente, por sua extensão territorial e diversidade regional, exemplifica essa complexidade, onde a coexistência de áreas urbanas e rurais evidencia disparidades significativas na prevalência do sobrepeso e da obesidade em adultos (ABESO, 2016).

Diante do aumento da obesidade, foi levantada a questão norteadora: qual a situação da obesidade entre adultos no estado de Minas Gerais? Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa foi analisar a ocorrência da obesidade em adultos residentes no estado de Minas Gerais nos anos de 2020 a 2024, acompanhados pelo SISVAN. Pesquisas como esta são essenciais para a elaboração de estratégias para combater a obesidade e, consequentemente suas complicações decorrentes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A obesidade, historicamente associada a contextos urbanos e a classes sociais mais elevadas, tem se revelado uma problemática crescente em comunidades rurais e tradicionais (Streb *et al.*, 2020).

Desde a década de 1970, a prevalência de sobrepeso e obesidade em adultos brasileiros tem aumentado. Para o ano de 2023, já havia sido estimado que 56,8% dos adultos brasileiros possuiriam excesso de peso, entretanto, os fatores que predisõem a prevalência de sobrepeso e obesidade não estão distribuídos

igualmente entre as populações. Outros aspectos comportamentais individuais como o padrão de sono são fundamentais para compreender a predisposição do excesso de peso além da dieta e do nível de atividade física. Contudo, determinantes demográficos e sociais, são iniquidades que podem receber influência diretas nesse caso (Kodaira, *et al.*, 2021; Yerarby, 2022).

Na situação em que esses indivíduos se encontram, os autores, transcreve que tal realidade, embora possa parecer contraditória frente às condições econômicas desfavoráveis da população, revela uma complexa relação entre pobreza, alimentação e saúde. O consumo predominante de alimentos ricos em gordura, açúcar e sódio, como frituras, produtos industrializados e doces, tem substituído gradativamente os hábitos alimentares tradicionais, outrora pautados em alimentos naturais e mais nutritivos. Essa transição alimentar, comum também em outros contextos de vulnerabilidade social, reflete a influência de padrões alimentares globalizados e acessíveis economicamente, ainda que nutricionalmente prejudiciais (Mendes, 2020).

Além da inadequação alimentar, o sedentarismo também contribui para o aumento da obesidade. As limitações no acesso a espaços apropriados para a prática de atividades físicas, somadas à falta de incentivo ou conhecimento sobre a importância do movimento corporal, reforçam o ciclo de inatividade e ganho de peso. Outro fator agravante identificado é o baixo nível de escolaridade da população, o qual restringe o acesso a informações sobre saúde e nutrição, dificultando escolhas alimentares conscientes (Queiroz *et al.*, 2021).

Diante desse cenário, OMS (2018) pondera que se torna urgente a implementação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde, principalmente nas comunidades quilombolas. Autores como Mancini (2021) salientam que é essencial desenvolver ações educativas que considerem o contexto sociocultural específico dessas populações, estimulando a valorização de hábitos alimentares tradicionais e o engajamento em práticas corporais regulares.

Outro fator preocupante é que a obesidade, além de configurar uma grave questão de saúde pública, impõe um peso considerável sobre as finanças do sistema de saúde brasileiro, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ao

se analisar o avanço da obesidade na população, constata-se que suas implicações ultrapassam o campo clínico, provocando efeitos diretos e indiretos que impactam de forma significativa a economia nacional (Barros *et al.*, 2023).

O total gasto com tratamento das 11 doenças estudadas foi de aproximadamente R\$ 27.432.500,80 reais, sendo que, deste valor, aproximadamente 87% são referentes ao tratamento de pessoas que se autodeclararam acima do peso durante os anos de 2016 a 2019 (Barros *et al.*, 2023, p. 24061).

Sobre uma outra perspectiva, a prevalência e a situação que leva a obesidade nas considerações de Streb *et al.* (2020), são o tempo em que os indivíduos permanecem sentados em seus trabalhos ou até mesmo em casa sem fazer nenhuma atividade física. Sobre esse ponto os autores relatam que;

Para ambos os sexos, a prevalência esperada do agrupamento 11 (presença simultânea de tempo sentado e inatividade física) era muito inferior da que foi encontrada (1,8 para 7,0 em homens e 4,6 para 10,3 em mulheres) sinalizando um quadro de sedentarismo nesta população (Streb *et al.*, 2020, p.3001).

Diante da situação em que essa comorbidade está se alastrando e, da prevalência dela, em potencial, em regiões mineiras, Braga *et al.* (2020) descreve o impacto que essa comorbidade gera na população, pois, é sabido que a obesidade se apresenta como um grave risco para a entrada de outras doenças. Destaca ainda a importância da prevenção no controle da obesidade e o papel das Unidades Básicas de Saúdes (UBS's) nesse contexto. E eles ainda vão além ao discutirem a atuação dos enfermeiros da Unidade Básica de Saúde (UBS) no enfrentamento dessa comorbidade. Sobre isso os autores citam que;

Nesse sentido, intervenções no campo da prevenção e controle da obesidade pressupõem uma abordagem com articulações de dimensões biológicas, socioeconômicas e culturais vivenciadas pelas pessoas em seu cotidiano. Na UBS, o enfermeiro é um profissional que está envolvido nas ações realizadas no âmbito da promoção da saúde, prevenção de agravos e recuperação; está em contato direto com os indivíduos e suas famílias, sendo capaz de compreender o contexto indispensável à superação dos problemas de saúde locais, inclusive a prevenção e o controle da obesidade (Braga *et al.*, 2020, p. 2).

Ao analisar e quantificar mudanças nos padrões de velocidade de crescimento das prevalências de excesso de peso e obesidade em adultos das capitais brasileiras e do Distrito Federal entre 2006 e 2021, os resultados indicaram provável

desaceleração no crescimento das prevalências de excesso de peso e obesidade a partir de 2012/2013 nos adultos brasileiros com algumas diferenças entre os sexos, com crescimento significativo da prevalência de excesso de peso para os homens de 2006 a 2015. Houve tendências diferentes entre os estratos de escolaridade para o crescimento da prevalência de excesso de peso, em adultos com menos de 12 anos de escolaridade da população geral (Pastorello *et al.*, 2025).

No período da pandemia, no Brasil foram adotadas medidas de distanciamento social para reduzir a disseminação do novo vírus. Consequentemente, foram desencadeadas alterações positivas e negativas nas práticas alimentares da população. Entre as mudanças positivas, a redução de fast-food diante aumento da frequência do ato de cozinhar em casa, comer com tranquilidade e em companhia, quando comparados a antes da pandemia (Gulá *et al.*, 2023).

Alguns fatores durante a pandemia podem ter influenciado as modificações na alimentação da população, como o isolamento e questões psicológicas, potencializando o aumento da ansiedade e tristeza por estarem vivenciando um período tão delicado e incerto, provenientes do próprio distanciamento social. Fatores econômicos e sociais também estiveram envolvidos nesta mudança, como aumento do desemprego, o desmonte das políticas públicas e a omissão do Estado na redução de desigualdades e no enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional diante da crise sanitária, além de preços mais acessíveis de alimentos ultraprocessados. Essas novas práticas alimentares associadas ao confinamento desencadearam inclusive diversos debates e discussões a respeito da Segurança Alimentar e Nutricional (Xavier, 2025).

Estudos brasileiros já mostraram que houve mudança na alimentação, comparado ao período anterior à pandemia, identificando aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e ingestão reduzida de frutas e vegetais. A redução dos salários foi um dos fatores que ocasionou mudanças no consumo desses alimentos. A alimentação emocional é um preditor negativo de práticas alimentares (Gabe; Jaime, 2019).

A preocupação neste aspecto, parte de que o consumo de alimentos ultraprocessados está intimamente relacionado ao desenvolvimento de complicações

de saúde, como o surgimento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), tais como as doenças cardiovasculares, diabetes, câncer e complicações em saúde, como depressão.

É importante considerar que no período de pós-pandemia diversos fatores impactaram nas condições de alimentação e nutrição de pessoas adultas e idosas, o que consequentemente interferiu em suas respectivas percepções de qualidade de vida (Xavier, 2025).

O Guia Alimentar para a População Brasileira é o documento para norteia práticas alimentares, as quais, podem influenciar na percepção da qualidade de vida (QV). Trata-se de um documento do Ministério da Saúde, publicado em 2006 e atualizado em 2014, o qual dispõe das diretrizes alimentares para esta população, contendo princípios e recomendações de uma alimentação adequada e saudável, considerando os diversos determinantes das práticas alimentares e os desafios que envolvem os aspectos dos sistemas alimentares (Brasil, 2014).

A coleta dos dados sobre a ocorrência de obesidade nos adultos do estado de Minas Gerais, provém do relatório de acesso público do SISVAN, no qual o estado nutricional antropométrico é avaliado a partir do Índice de Massa Corporal (IMC). Após aferição de peso e altura, o IMC foi calculado por meio da fórmula $\text{IMC} = \text{Peso} / \text{Altura}^2$. Após o cálculo, os valores foram classificados conforme recomendação específica para cada fase da vida, de acordo com a classificação recomendada pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), que utiliza para pessoas adultas, a referência da Organização Mundial de Saúde (Basil, 2008).

Aprelini *et al.*, (2021), ao aprofundar nos fundamentos apresentados, nota uma intersubjetividade nas relações sociais, ou seja, a obesidade pode ser minimizada com base em entendimentos mútuos através da comunicação e a construção de significados tomados em conjunto.

Nessa conjectura, o enfermeiro torna-se a pessoa mais indicada como referência, pois como supracitado, ele está diretamente em contato com o paciente, assim ao se comunicarem (paciente/enfermeiro), essas duas pessoas reconhecem os pensamentos, sentimentos, intenções e significados umas das outras fundamentando um entendimento mútuo entre as interações. (Braga *et al.*, 2020)

Destarte, o filósofo Edmund Husserl (fundador da fenomenologia) reconhece essa intersubjetividade na existência do “outro”, e como isso é essencial para constituição do mundo como algo objetivo e compartilhado. Esse filósofo acreditava que a experiência humana não é solitária, mas acontece sempre em relação a outras consciências. Assim ele cita que “O mundo não é apenas para mim, mas para todos: é intersubjetivo” (Husserl, 1994, p.137).

Observando atos realizado em cidades mineiras como Botumirim, Mendes (2020), descreve que a equipe de saúde familiar da Unidade Básica de Saúde é formada por: uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem e uma médica do programa Mais Médico, priorizam o tratamento precoce a síndrome metabólica que possam ocasionar a obesidade dentre outras doenças. Nesse quesito, os autores relatam a importância de uma abordagem multimodal, enfatizando não somente a terapia medicamentosa, mas as mudanças de estilo de vida.

Dessa forma, diagnosticar o paciente e orientá-lo ao tratamento, tem sido, um dos problemas mais discutido entre equipes da saúde famílias como a de Botumirim, pois realizar mudanças em hábitos de paciente se torna muito complexo, já que tal abordagem muda o estilo de vida do indivíduo que está sendo acompanhado. Nessa lógica, o acompanhamento deve ser contínuo e realizado por uma equipe multiprofissional. (Mendes, 2020)

Portanto, é evidente que deva haver uma necessidade urgente de implementar estratégias integradas que considerem não apenas os aspectos clínicos, mas também as dimensões culturais, sociais e econômicas para enfrentar a obesidade de maneira efetiva e sustentável

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa. Segundo Lozada e Nunes (2019), a pesquisa descritiva proporciona uma perspectiva nova sobre as variáveis estudadas, que transcende a relação entre elas, visando determinar a natureza dessa relação. Neste seguimento na pesquisa quantitativa as variáveis são examinadas através de métodos quantitativos, e mostra-se os dados obtidos de forma estatística.

Os dados avaliados são referentes às notificações de casos de obesidade obtidas através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), através do acesso ao Ministério da Saúde disponíveis em <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>.

Os dados obtidos foram de indivíduos adultos notificados através do SISVAN-WEB, de ambos os sexos. A coleta dos dados sobre a ocorrência de obesidade nos adultos do estado de Minas Gerais, foi proveniente do relatório de acesso público do SISVAN. Uma vez no sistema, seguiu-se algumas etapas para a obtenção dos dados desejados, sendo estas: 1) Tipo do relatório - Estado Nutricional; 2) Ano de referência – 2020 a 2024; 3) Mês de referência - todos; 4) Agrupado – Estado (MG) 5) Fases da vida - adultos; 6) Sexo - todos/feminino/masculino. O recorte temporal avaliado foi dos últimos cinco anos.

Os dados obtidos foram organizados utilizando o *Microsoft Office Excel 365* e apresentados por estatística descritiva com frequências absolutas e relativas utilizando gráficos e tabelas.

Quanto aos procedimentos éticos, por tratar de uma pesquisa que utilizou dados secundários públicos e por não conter variáveis que possibilitem a identificação dos sujeitos estudados, o presente estudo dispensa a autorização do Comitê de Ética conforme estabelece a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta a distribuição do estado nutricional dos indivíduos adultos acompanhados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) no estado de Minas Gerais, no período de 2020 a 2024. Observa-se que, do total de 12.151.122 adultos avaliados, a maior proporção foi classificada nas categorias de sobrepeso (33,81%) e obesidade (31,34%), somando-se os graus I, II e III.

Tabela 1 – Total de Indivíduos adultos acompanhados pelo SISVAN nos anos de 2020 a 2024.

IMC	n	%
Baixo peso	278.404	2,29
Adequado ou Eutrófico	3.954.489	32,54
Sobrepeso	4.108.461	33,81

Obesidade Grau I	2.341.994	19,27
Obesidade Grau II	943.469	7,76
Obesidade Grau III	524.305	4,31
Total	12.151.122	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Em contrapartida, 32,54% dos indivíduos apresentaram peso adequado ou eutrófico, e apenas 2,29% encontravam-se em baixo peso. Esses dados evidenciam que mais de 65% da população adulta analisada apresenta excesso de peso, condição que reforça a relevância epidemiológica da obesidade e do sobrepeso como importantes problemas de saúde pública em Minas Gerais.

A Tabela 2 detalha a evolução anual das classificações do Índice de Massa Corporal (IMC) dos adultos mineiros acompanhados pelo SISVAN entre os anos de 2020 e 2024. Os resultados revelam estabilidade nas proporções de baixo peso, sobrepeso e obesidade ao longo do período analisado. Em 2020, o percentual de indivíduos com sobrepeso foi de 33,78%, mantendo-se praticamente constante até 2024 (33,82%). A categoria de peso adequado ou eutrófico apresentou variação leve, passando de 33,34% em 2020 para 31,68% em 2024.

Tabela 2 – Classificação anual dos indivíduos adultos acompanhados pelo SISVAN entre 2020 a 2024, segundo o Índice de Massa Corporal (IMC)

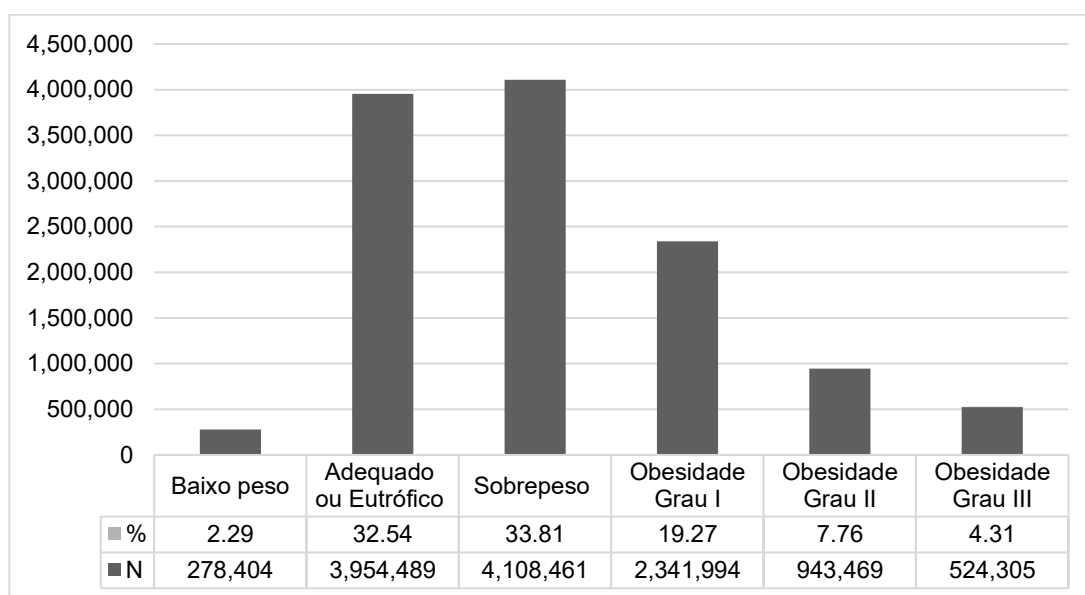
ANO	2020		2021		2022		2023		2024		Total
IMC	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Baixo peso	38.170	2.28	40.879	2.24	60.121	2.34	67.914	2.3	71.320	2.27	278.404
Adequado ou Eutrófico	559.198	33.34	580.972	31.88	857.237	33.43	962.589	32.65	994.493	31.68	3.954.489
Sobrepeso	566.686	33.78	611.700	33.56	870.480	33.95	998.008	33.86	1.061.587	33.82	4.108.461
Obesidade Grau I	316.673	18.88	352.274	19.33	484.307	18.89	567.339	19.25	621.401	19.8	2.341.994
Obesidade Grau II	125.127	7.46	145.227	7.97	191.355	7.46	228.877	7.76	252.883	8.06	943.469
Obesidade Grau III	71.549	4.27	91.531	5.02	100.839	3.93	123.096	4.18	137.290	4.37	524.305
Total	1.677.403		1.822.583		2.564.339		2.947.823		3.138.974		12.151.122

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à obesidade, observou-se discreto aumento nos graus mais elevados. A obesidade Grau I passou de 18,88% em 2020 para 19,80% em 2024, enquanto a obesidade Grau II subiu de 7,46% para 8,06%, e a obesidade Grau III de 4,27% para 4,37%. O baixo peso manteve-se estável, oscilando entre 2,24% e 2,34% no período.

A Figura 1 delinea o estado nutricional dos indivíduos acompanhados pelo SISVAN-WEB. A maioria dos dados são indivíduo com sobrepeso seguidos de adequado ou estrófico.

Figura 1 – Adultos acompanhados pelo SISVAN-WEB no estado de Minas Gerais entre os anos de 2020 e 2024



Fonte: Dados da pesquisa

Os achados evidenciam que o excesso de peso é predominante entre os adultos mineiros acompanhados pelo SISVAN, configurando um grave problema de saúde pública. Essa tendência é coerente com os dados do Vigitel Brasil 2023, que apontou crescimento contínuo da obesidade entre adultos brasileiros, atingindo 22,8% da população (Brasil, 2023).

Estudos recentes indicam que fatores comportamentais, como o sedentarismo e o consumo de alimentos ultraprocessados, são os principais responsáveis pelo aumento da obesidade (Mendes; Souza; Almeida, 2023).

Além disso, o contexto pandêmico entre 2020 e 2022 contribuiu para o agravamento desse quadro, promovendo alterações no estilo de vida, com redução da atividade física e aumento da ingestão calórica (Moraes; Ferreira; Lima, 2021).

Os resultados reforçam a necessidade de fortalecer políticas públicas, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e a Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade que destacam o papel da Atenção Primária à

Saúde e das equipes de Enfermagem na vigilância nutricional e nas ações educativas voltadas à adoção de hábitos saudáveis (Brasil, 2021). A obesidade assim como o sobrepeso, podem estar relacionados a fatores hormonais, padrões socioculturais e condições socioeconômicas que influenciam tanto a alimentação quanto a prática de atividade física (Queiroz *et al.*, 2021).

Os resultados obtidos corroboram achados de Aprelini *et al.* (2021), apontam para uma transição nutricional em curso no Brasil, caracterizada pela substituição de alimentos naturais por ultraprocessados ricos em açúcar, gorduras saturadas e sódio tendência especialmente visível em comunidades de baixa renda, onde o preço reduzido desses produtos favorece seu consumo. Esse padrão alimentar, associado ao sedentarismo, compõe um dos principais fatores de risco para a obesidade, como reforçam Streb *et al.* (2020).

Os dados consolidados entre 2020 e 2022 demonstram um salto expressivo, configurando um aumento de aproximadamente 40% em apenas três anos, o que evidencia a gravidade do avanço da obesidade como problema de saúde pública (Brasil, 2004).

É preciso considerar que entre os impactos da pandemia de COVID-19 no intervalo entre 2020 e 2022, contribuiu com a elevação perceptível do número de pessoas com sobrepeso e obesidade no território mineiro, diante o isolamento social e o fechamento de espaços públicos contribuíram para aumentar a inatividade física e a ansiedade, além de favorecer a adoção de hábitos alimentares não saudáveis (Canazas *et al.*, 2024).

Diversos fatores biológicos têm sido escrutinados, e muitos podem contribuir com o acúmulo de gordura corporal, todavia, não há uma teoria capaz de explicar a epidemia da obesidade. Flauzino *et al.* (2025), ao avaliar determinantes demográficos e sociais associados à prevalência de sobrepeso e obesidade provenientes de inquérito populacional, de adultos participantes da Pesquisa de Orçamento Familiar 2017– 2018, identificou que nos homens, o sobrepeso e a obesidade foram mais prevalentes em áreas urbanas do que rurais, mas nas mulheres não houve essa diferença.

A Enfermagem junto com a Atenção Primária à Saúde (APS) enfrentam desafios para potencializar práticas de prevenção e promoção da saúde, mesmo estando próximos da comunidade. Entretanto, muitas ações educativas desenvolvidas ainda são genéricas e não direcionadas aos indivíduos com excesso de peso, o que limita sua efetividade (Braga *et al.*, 2020)

O desenvolvimento de intervenções específicas, como grupos de educação alimentar e nutricional, orientação para prática de atividade física e acompanhamento antropométrico individualizados articulados em ações multiprofissionais podem contribuir para a redução da obesidade. Assim como a escuta ativa e a comunicação empática entre profissional e paciente são elementos centrais para promover a adesão às mudanças de hábitos e superar as barreiras emocionais e sociais que cercam a obesidade (Mancini, 2021)

Obesidade em adultos jovens constitui um desafio crescente à saúde pública, com implicações metabólicas importantes, tornando essencial a implementação de medidas preventivas voltadas à promoção de hábitos saudáveis, como a adoção de dietas balanceadas e a prática regular de atividade física. Além disso, políticas públicas que incentivem a educação nutricional e o acesso a ambientes saudáveis são fundamentais para conter o avanço da obesidade e mitigar seus impactos na saúde metabólica da população jovem (Braga *et al.*, 2025).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que a obesidade e o sobrepeso atingem a maioria dos adultos residentes em Minas Gerais, configurando importante desafio para o sistema público de saúde. Apesar da estabilidade percentual entre os anos de 2020 e 2024, os níveis elevados de excesso de peso revelam a necessidade de intensificar ações intersetoriais e estratégias de promoção da saúde.

A atuação da Enfermagem, por meio do acompanhamento nutricional, educação em saúde e vigilância alimentar, é essencial para o enfrentamento dessa condição. O uso contínuo dos dados do SISVAN como instrumento de gestão e planejamento contribui para o monitoramento e a formulação de políticas públicas mais eficazes, orientadas à realidade local e à redução das desigualdades em saúde.

REFERÊNCIAS

ABESO - Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. **Diretrizes brasileiras de obesidade 2016**. 4.ed, São Paulo, SP, 2016. Disponível em: https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Diretrizes-Download-Diretrizes-Brasileiras-de-Obesidade-2016.pdf?utm_source=chatgpt.com
Acesso em: 11 nov. 2025.

APRELINI, C. M. O.; REIS, E. C.; MARTINEZ, G. E.; JESUS, T. R.; MOLINA, M. D. C. B. Tendência da prevalência do sobrepeso e obesidade no Espírito Santo: estudo ecológico, 2009-2018. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 30, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/PfgwwYQHtvS748JsWnmTqVD/?lang=pt>. Acesso em: 1 abr. 2025.

BARROS, B. C. O.; ALVES, C. G. L.; DE FIGUEIREDO, E. T.; LIMA, D. B.; REZENDE, M. L. Custo de doenças associadas à obesidade no sistema único de saúde em Alfenas, Minas Gerais. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, [s. l.], v. 21, n. 12, p. 24060–24079, 2023. DOI: 10.55905/oelv21n12-034. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/1849>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRAGA, V. A. S.; JESUS, M. C. P.; CONZ, C. A.; SILVA, M. H.; TAVARES, R. E.; MERIGHI, M. A. B.; Atuação de enfermeiros voltada para a obesidade na Unidade Básica de Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s. l.], v. 73, p. e20180404, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/8tCG3939Z6BqjTRTJSwTVKkr/?lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRAGA, A. L. C.; FERREIRA, B. H.; PERES, N. M.; BOBEN, P. R. D. Obesidade em adultos jovens: fatores associados e consequências metabólicas iniciais. **Revista Brasileira de Revisão de Saúde**, [S. l.], v.8, n.3, p. e79728, 2025. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/79728>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view?utm_source=chatgpt.com
Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. <https://www.gov.br/saude/pt->

[br/composicao/saps/pnan/material-de-apoio/politica-nacional-de-alimentacao-e-nutricao/view](https://www.in.gov.br/composicao/saps/pnan/material-de-apoio/politica-nacional-de-alimentacao-e-nutricao/view) . Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

Disponível em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581

Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância alimentar e nutricional - **Orientações básicas para a coleta, processamento, análise de dados e informação em serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_organizacao_vigilancia_alimentar_nutricional.pdf?utm_source=chatgpt.com

Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2023: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2023-vigilancia-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas-por-inquerito-telefonico/view> . Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Ministério da saúde. **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 61p. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_sistema_vigilancia_alimnetar.pdf?utm_source=chatgpt.com

Acesso em 13 nov. 2025.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério Da Saúde; 2014. 156 p. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf?utm_source=chatgpt.com

Acesso em 13 nov. 2025.

CANAZAS, V. M. A.; FILOCREÃO, A. S. M.; MEDEIROS, F. A. de; FAUSTINO, C. G. Tendência temporal da obesidade em adultos usuários da atenção primária à saúde do Sistema Único de Saúde no período 2008-2023. **Observatório da Economia Latino-Americana**, [s. l.], v. 22, n. 7, p. e5783, 2025. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/5783>.

Acesso em: 1 abr. 2025.

CANAZAS, V. M. A.; FILOCREÃO, A. S. M.; MEDEIROS, F. A.; FAUSTINO, C. G. Análise espacial da obesidade na população adulta usuária da atenção primária à saúde do Sistema Único de Saúde: Brasil, 2010-2022. **RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, [s. l.], v. 18, n. 117, p. 1146-1154, 2024. Disponível em: <https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/2572> Acesso em: 1 abr. 2025.

<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf> Acesso em: 29 out. 2025.

FLAUZINO, P.A.; BEZERRA, I. N.; MOURA, J.S.; SICHIERI, R. Análise de iniquidades entre determinantes demográficos e sociais associados ao sobrepeso e obesidade. **Rev Bras Epidemiol**, [s. l.], v. 28, p. e250038. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720250038.2> . Acesso em 11 nov. 2025.

GABE, K.T.; JAIME, P.C. Desenvolvimento e teste de uma escala para avaliação da dieta de acordo com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira. **Public Health Nutr**, v. 22, n.5, p. 785–96, 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002983255> Acesso em 13 nov. 2025.

GULÁ, P. V. S. S.; POSSANI, T.; ALMEIDA, S.S.; COSTA, T. M. B.; LAUS, M.F. Comportamento alimentar de adultos no início da pandemia da COVID-19. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 56, n.1, p. 201763, 2023. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/201763> Acesso em 13 nov. 2025.

HUSSERL, E. **Meditações cartesianas**. Tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em: https://www.academia.edu/104421293/Husserl_Meditac%C3%B5es_Cartesianas. Acesso em: 4 abr. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/abre-campo/panorama>. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html> Acesso em: 1 abr. 2025.

KODAIRA, K.; ABE, F. C.; GALVÃO, T. F.; SILVA, M. T.; Tendência temporal do excesso de peso em adultos brasileiros: uma revisão sistemática e metanálise. **Plos one**, [s. l.], v.16, n.9, p.e0257755, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0257755> Acesso em 11 nov. 2025.

LOPES, A. B.; CAETANO R. F.; NUNES P. P.; RIBEIRO, C. G.; MELO, J. A. F. V.; FERREIRA T. V. S.; TOBIAS L. N.; SILVA B. P.; CUNHA M. G.; FREITAS M. B. Aspectos gerais sobre a obesidade infantil: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, [s. l.], v. 37, p. e8993, 11 out. 2021. Disponível em:

<https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/8993>. Acesso em: 04 abr. 2025.

LOZADA, G. NUNES, K.S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br//reader/books/97885950295/pageid/0> Acesso em: 2 abr.2025.

MANCINI, M. C. **Tratado de obesidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. Disponível em: https://www.grupogen.com.br/e-book-tratado-de-obesidade-mancini-guanabara-koogan-9788527740739/?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 11 nov. 2025.

MENDES, R. C. B. **Síndrome Metabólica: uma proposta de intervenção da Equipe de Saúde da Família Mais Saúde do município de Botumirim-Minas Gerais. 2020**. Monografia, Especialização em Gestão do Cuidado em Saúde da Família – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. Montes Claros, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/39061>. Acesso em: 04. abr. 2025.

MENDES, R. S.; SOUZA, C. T.; ALMEIDA, J. C.; Determinantes sociais e alimentares da obesidade em adultos brasileiros: revisão integrativa. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 57, p. 1–10, jan. 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/21000> . Acesso em: 30 out. 2025.

MORAES, Ana Carolina; FERREIRA, Lucas Carvalho; LIMA, Pedro Rodrigues. Mudanças no estilo de vida durante a pandemia de COVID-19 e sua relação com o ganho de peso em adultos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 12, p. 5927–5936, dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n12/5927-5936/pt/> . Acesso em: 30 out. 2025.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Doenças não transmissíveis. Perfis dos países 2018**. Genebra. 2018. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241514620> Acesso em: 1 abr. 2025.

PASTORELLO; C. C. G.; COSTA, C. S.; CLARO, R. M.; LOUZADA, M. L. C. Variações nas tendências de crescimento da obesidade em adultos brasileiros entre 2006 e 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 30, n. 7, p.1-10, ago, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232025307.19882023> Acesso em 11 nov. 2025.

QUEIROZ, P. S. F.; MIRANDA, L. P.; OLIVEIRA, P. S. D.; RODRIGUES NETO, J. F.; SAMPAIO, C. A.; OLIVEIRA, LOPES, T.; SILVA, M. L. O. Obesidade abdominal e fatores associados em comunidades quilombolas do Norte de Minas Gerais,

2019. **Epidemiologia e serviços de saúde**, Brasília, v. 30, p. e2020833, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2021.v30n3/e2020833/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

SILVA, T. A.; OLIVEIRA, R. C.; MARTINS, F. J.; Tendências de obesidade e fatores associados em adultos brasileiros: análise de dados nacionais. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 25, e220013, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/7JbW8H9y8d3vP9KfPzkzCjK/>. Acesso em: 30 out. 2025.

STREB, A. R.; DUCA, G. F. D.; SILVA, R. P.; BENEDET, J.; MALTA, D. C. Simultaneidade de comportamentos de risco para a obesidade em adultos das capitais do Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, [S. l.], v. 25, n. 8, p. 2999-3007, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/v25n8/1413-8123-csc-25-08-2999.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2025.

XAVIER, A. M. S. F. **Impacto da pandemia da COVID-19 na adesão às recomendações do guia alimentar para a população brasileira e qualidade de vida de pessoas adultas e idosas**. 2025. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Nutrição - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências da Saúde, Natal, RN, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/4dbf4a98-7efa-47b1-a132-9225f015f608/content>. Acesso em 13 nov. 2025.

YERARBY, R. Determinantes sociais da saúde, disparidades em saúde e justiça em saúde. **J Direito Med Ética**, [s. l.], v.50, n.4, p.641-9, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/jme.2023.3>. Acesso em 11 nov. 2025.